

Repensando a Geografia da População¹

*João Rua**

A intenção deste trabalho é discutir alguns parâmetros para os estudos de Geografia da População, tanto como disciplina em nível superior como sob a forma de unidade nos programas de ensino de 1º e 2º graus. Esta retomada torna-se necessária diante dos novos paradigmas que se apresentam para a Geografia e do pequeno impacto inovador que ainda parecem representar para aquele recorte temático.

Há muito que os estudos da população põem em questão as abordagens apenas quantitativistas com relação ao crescimento e à estrutura. Mesmo as migrações deixaram de ser entendidas, para muitos, apenas como movimentos (fluxos) de pessoas em busca de melhores condições de vida. Mas, até onde foram as mudanças? Até que ponto o processo de atualização dos estudos desse recorte temático tem seguido as mais recentes transformações das ciências em geral e da Geografia em particular? Numa discussão muito inicial, pretendo levantar algumas questões e apresentar algumas idéias que podem ser inseridas nos programas das universidades e nas unidades programáticas do ensino de 1º e 2º graus, guardadas todas as especificidades.

Embora a abordagem clássica da Geografia da População ainda predomine em muitos cursos de nível superior e na maioria dos livros didáticos, ela, já há anos, vem sofren-

do severa crítica por parte de muitos autores que, algumas vezes, mesmo sem mudanças radicais, passaram a, pelo menos, incluir novos assuntos nesse campo de estudos.

MOREIRA (1987), apresentou alentada crítica aos estudos de população efetuados nas salas de aula e presentes nos livros didáticos. Dizia o autor que o método de estudos de população na Geografia apresenta um duplo aspecto: (1) a descaracterização da historicidade do fenômeno populacional e (2) a sua fragmentação-colagem. O autor ofereceu uma importante contribuição ao criticar a setorização desse recorte temático em crescimento, estrutura e distribuição da população e ao propor que se integre o homem e a sociedade da qual faz parte; que não se dissolvam essas duas categorias. DAMIANI (1991), em interessante manual, analisa a geografia da população na Geografia "clássica" e apresenta uma nova leitura para os estudos populacionais. RUA et alli (1993) propõem uma série de atividades que permitem a construção de alguns conceitos fundamentais para os estudos de população em sala de aula, dentro de uma perspectiva distinta da abordagem tradicional..

Concordando com as numerosas críticas apresentadas à forma como vem se desenvolvendo o estudo da população, é forçoso reconhecer que, tanto na universidade como nos livros didáticos, a tradicional fragmenta-

1- Este artigo é uma versão modificada do que foi apresentado no XVI Encontro Estadual de Professores de Geografia, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, em maio de 1996, com o título "População e Cidadania".

* Professor do Departamento de Geografia da UERJ e do Departamento de Geografia e Meio-Ambiente da PUC-Rio.

ção-colagem está presente e é por isso que opto por segui-la, tentando, a partir dos rótulos tradicionais, uma análise menos dissocializante e menos fragmentadora.

O CRESCIMENTO POPULACIONAL – TEORIAS E POLÍTICAS DEMOGRÁFICAS

A unidade Crescimento da População deixou a abordagem puramente quantitativa (embora este aspecto seja, também, importante) e voltou-se para uma análise qualitativa em que as teorias e políticas demográficas passaram a ser enfatizadas e onde a relação desenvolvimento/população, mais recentemente incluindo também o meio-ambiente, merece destaque.

Critica-se a visão evolucionista que tem predominado na análise das relações entre natureza, desenvolvimento e população, pela qual passou a se considerar as diferenças culturais como conseqüências de sucessivos retardamentos. A modernização/desenvolvimento/progresso deveria resultar, de acordo com essa visão evolucionista, na universalização da cultura própria da sociedade industrial moderna.

Modernização, na ótica agora criticada, seria sinônimo de ocidentalização, desconsiderando-se os outros tipos de culturas (LATOUCHE, 1994). Para este autor, o Ocidente se transformou numa máquina social incontrolável, que tem a certeza de ser universal por ser reproduzível. O crescimento ilimitado das mercadorias e do comércio, a multiplicação das redes de comunicação, a urbanização acelerada, a intensa evolução da técnica e a sua conseqüente primazia, o novo papel atribuído à mulher etc, apresentam o modelo ocidental de mundo como o melhor e o levam a um processo de universalização que, embora esbarre em uma série de resistências,

parece ter conseguido seu intento ao subordinar, pelo menos em alguns aspectos, todo o planeta a um movimento que integra o que muitos denominam globalização.

Pode-se dizer que o processo de modernização (com a conseqüente generalização do capitalismo) carrega a idéia de ocidentalização do mundo como processo civilizatório.

É assim, na visão evolucionista, característica da abordagem tradicional da Geografia, em que os modelos ocidentais de crescimento econômico e demográfico têm servido de parâmetro, que tem sido percebido o crescimento populacional. Este se dá, como se sabe, com mais forte ritmo, nos países periféricos, principalmente nos não ocidentais. Predomina, nesta análise, uma visão neo-maltusiana em que se mostra uma relação linear entre crescimento demográfico e pressão sobre os recursos e segundo a qual bastaria reduzir o crescimento das populações nos países periféricos para se minorar os efeitos do desmatamento, da erosão, da desertificação, da ameaça futura de falta de água potável, além de reduzir o número de pobres famintos no planeta - imagem sempre desagradável aos olhos bem nutridos da grande maioria dos habitantes dos países centrais.

A recente voga de preocupações ecológicas trouxe para a atualidade considerações efetuadas na virada dos anos 60 para os 70 sobre o confronto entre o crescimento demográfico rápido e a capacidade de carga do planeta. RAMADE (apud VÉRON, 1994:17) dizia que "a explosão demográfica do Terceiro Mundo constitui, por si só, a maior das catástrofes ecológicas que afetam a humanidade". O grande número de pessoas, de acordo com esse autor, só pode provocar a destruição da cobertura vegetal e causar inundações, erosão dos solos, aridez dos climas e desertificação. Tantos anos passados

e este discurso ainda se apresenta muito forte. Basta observar algumas obras de KENNEDY para se ler que os países mais pobres sofrem intensa explosão populacional, onde "as populações que incham rapidamente avançam sobre as florestas, as pastagens e os suprimentos de água à sua volta e causam um dano terrível ao meio ambiente local e podem também estar colaborando para o processo de aquecimento global" (1993a:12). Diz o autor que "a crescente poluição da atmosfera da Terra é também um dos resultados do crescimento populacional e de um desejo de melhorar os padrões de vida" (1993b:99).

É necessário sempre lembrar que há um processo de transformação dos "meios naturais" independente da ação humana (VÉRON, 1994:31). Diz este autor que há uma grande confusão entre degradação ambiental, crescimento demográfico e fragilidade dos solos. Lembra que as causas da desertificação do Sahel, na África, não são de ordem exclusivamente demográfica, pois a capacidade de carga das terras sahelianas é fraca e depende das chuvas.

Não pretendo anular a importância do enfoque ecologista a respeito do crescimento populacional, embora reconheça que ele está fortemente apoiado em taxas de valor duvidoso. Desejo apenas chamar a atenção para as limitações de tal enfoque quando não alicerçado por reflexões que evitem a obviedade da pressão do crescimento demográfico sobre os recursos.

Ao se utilizar a visão ecológico-evolucionista como base de análise do crescimento da população, não se abriria a crítica necessária ao modelo ocidental de desenvolvimento (MARTINE, 1993) e não se valorizaria outros modelos societários (VERHELST, 1992).

O primeiro autor, ao analisar o crescimento populacional, chega a afirmar que

ele, quando desordenado, traz conseqüências danosas ao meio-ambiente, mas que não se pode atribuir diretamente os graves problemas que ameaçam o futuro do planeta às taxas de crescimento demográfico dos países pobres. O segundo autor aborda a dimensão cultural do desenvolvimento em que são levados em conta os mecanismos internos e externos de dominação econômica e política sobre os países do Terceiro Mundo. Diz que, até bem pouco tempo (mas sem evidências de superação), os "povos autóctones", por não possuírem os mesmos valores ou não se mostrarem interessados em assimilá-los, eram considerados subdesenvolvidos, preguiçosos, indolentes. Não se respeitam, de acordo com o autor, as diferenças culturais, seja em sua conservação, seja em sua recuperação.

Na visão neo-maltusiana (amparada no evolucionismo e, mais recentemente, no discurso ecológico-catastrofista), ainda dominante em muitos autores, a explicação para o "subdesenvolvimento" seria buscada no crescimento populacional responsável pela sobrecarga dos serviços governamentais - os famosos investimentos demográficos (tidos, por essa linha de análise, como improdutivos) em educação, saúde, saneamento, habitação, etc. que drenariam recursos dos setores "produtivos".

Ao se contrapor a essa teoria, nunca é demais lembrar que não basta ter alimentos no mercado se a maior parte da população não tiver poder aquisitivo para adquiri-los. As políticas mantenedoras de preços devem ser denunciadas, pois, enquanto há milhões de famintos, destroem-se estoques de alimentos ou criam-se incentivos para não plantar determinados produtos, mantendo a situação de penúria como corolário da especulação. A questão da escassez de recursos naturais, como conseqüência do crescimento da população mundial, deve ser

discutida, é bom recordar, no âmbito do padrão de desenvolvimento e do consumo de um número reduzido de países (os mais desenvolvidos), que também respondem pela maior parte da descarga poluidora da biosfera.

É fundamental que se inclua, para discussão nesta unidade, o papel das políticas oficiais explícitas ou não declaradas e seus efeitos na redução da fecundidade, aliadas à ação dos meios de comunicação, da urbanização, do novo papel que a mulher vem assumindo na organização e na execução da produção e dos serviços, etc. É sempre bom lembrar que planejamento familiar é muito diferente de controle da natalidade (identidade sempre estabelecida pela mídia e mesmo por cientistas) e que a mulher deve ser o sujeito e não apenas um objeto desse planejamento. A enorme redução da fecundidade brasileira, quando se passou de cerca de seis filhos por mulher em idade fecunda, nos anos sessenta, para pouco mais de dois filhos, em meados dos anos noventa, não nos ajudou a superar as sucessivas crises econômicas e o "subdesenvolvimento", já que eles se mantiveram mesmo num quadro de acelerada redução do crescimento populacional. Até mesmo a apregoada renda "per capita", utilizada por muitos neo-maltusianos para medir o desenvolvimento, teve acentuada queda ao longo dos anos oitenta, quando a fecundidade caía drasticamente. Portanto, é necessário estabelecer estas relações (população/desenvolvimento/recursos) com muito cuidado e sempre com uma ampla discussão desses conceitos, sob pena de reforçar o discurso neo-maltusiano, já incorporado ao senso comum pela mídia, e privar os alunos dos diversos níveis de uma reflexão crítica e fundamental para definições de escolhas pessoais e coletivas.

Todas estas questões referentes ao crescimento da população têm fortes implicações

territoriais e demonstram uma importância do papel do Estado como conhecedor do "estoque" populacional através dos recenseamentos (os números são, aí, importantes); como fomentador de políticas oficiais (ou não oficiais) que facilitem alterações desse "estoque" (gestor dos fluxos naturais); e como controlador e gestor dos fluxos migratórios, o que envolve processos de desterritorialização crescente da mão-de-obra e, ao mesmo tempo, cria novas territorializações (RAFFESTIN, 1993).

AS MIGRAÇÕES EM NOVA PERSPECTIVA

Ao se estudar as migrações, unidade onde a renovação é menos sentida, muitos professores e autores didáticos já incorporaram o discurso histórico-estrutural (e as críticas a ele feitas) às suas análises, mas outros permanecem utilizando a visão neo-clássica, insuficiente para explicar fenômeno tão complexo.

Tradicionalmente, utilizando essa visão neo-clássica, liberal, tem se explicado esta mobilidade da mão-de-obra, como o direito individual de ir e vir, como uma liberdade exercida por indivíduos livres. As migrações seriam um mecanismo de ajuste destinado a eliminar os desequilíbrios entre as regiões ou os setores econômicos onde haja "excedentes" de mão-de-obra e aqueles onde haja "falta". Seriam fluxos entre áreas. Fruto das diferenças entre elas, as migrações conduziriam à eliminação dessas diferenças, ou seja, as migrações seriam resultado dos desequilíbrios sócio-econômicos no espaço e, ao mesmo tempo, atuariam como fator de correção desses desequilíbrios (VAINER, 1996).

Adotar a concepção neoclássica das migrações implica, por tudo o que foi visto, deixar para segundo plano a preocupação com seu caráter histórico. As migrações

aparecem, em cada momento, como decorrência inevitável da vontade individual para o deslocamento rumo a melhores condições de vida, entendidas como melhores níveis salariais. Não haveria, na visão clássica, problemas estruturais a gerar situações sociais que provocam a migração (PÓVOA NETO, 1995). O espaço é concebido como um espaço de liberdade e a migração como o exercício dessa liberdade.

O enfoque histórico-estrutural, já escolhido como base de análise para uns poucos autores didáticos, merece, também, algumas considerações e reparos. Esta corrente costuma destacar a vocação estrutural do capitalismo a um desenvolvimento desigual/desequilibrado no espaço. As relações campo-cidade e as diferenças entre regiões aparecem como fatores condicionantes e explicativos dos fluxos de população (VAINER, 1996). Nessa visão deve-se enfatizar que a saída de uma região é fruto de conflitos resultantes de um antagonismo entre o capital e o trabalho, conflitos que se reproduzem nos locais de chegada, já que são inerentes ao próprio capitalismo. As razões de saída (fatores de expulsão) são priorizados em relação aos fatores de atração, que nunca teriam força suficiente para tirar as pessoas de suas famílias, de seu meio social. A idéia de migrações espontâneas é fortemente combatida, enfatizando-se o direcionamento dos fluxos de acordo com as necessidades do modelo econômico responsável pelas determinações estruturais. Para PÓVOA NETO (1995), fica em segundo plano, neste enfoque, a questão da orientação dos fluxos migratórios. Como a ênfase é para os aspectos estruturais causadores da expulsão nas áreas de origem, a recepção dos migrantes nas áreas de destino é abordada mais sob o ponto de vista da adaptação do

migrante a estas áreas (geralmente urbanas, e especialmente metropolitanas). O referido autor lembra, ainda, que "há problemas nessa visão quando se trata dos estudos empíricos, a nível de indivíduos, e que é difícil a conciliação entre os níveis macro e micro de análise. Quer dizer, é difícil a compatibilização deste enfoque socialmente contextualizado com a análise da motivação individual do migrante. O pesquisador se encontra, muitas vezes, dividido entre, por um lado, o inquérito, a observação, o trabalho de campo e, por outro lado, o entendimento dos processos sociais segundo uma perspectiva mais ampla" (PÓVOA NETO, 1995:13).

Embora esta segunda abordagem (histórico-estrutural) preencha, com mais propriedade, as questões referentes ao processo migratório, ainda apresenta lacunas (além daquelas apresentadas por Póvoa Neto) que de alguma maneira vêm sendo explicitadas, como, por exemplo, a necessidade de se dar conta dos deslocamentos e das localizações compulsórias. Para VAINER (1996), há uma parcela incalculável de pessoas que hoje vêm se elevar restrições concretas a seu livre deslocamento e localização. Isto ocorre em escala mundial, onde se generalizam políticas restritivas ao ingresso de imigrantes, refugiados, repatriados etc. Basta lembrar o caso da União Européia, com o Tratado de Schengen, que reforça as fronteiras externas; com o Tratado de Dublin, que a protege contra os aspirantes ao asilo político; e com o Tratado de Trevi, que a protege contra os terroristas (BADIE e de WENDEN, 1993).

O maior paradoxo em tempos de globalização da economia (incluindo o capital, o comércio, a cultura e o mercado de trabalho) é não se fazer valer o direito de migrar internacionalmente. O direito à liberdade de circulação interna para os

cidadãos da União Européia contrasta com as mais severas restrições ao ingresso dos de fora da União. A Europa torna-se um lugar para alguns e um *não-lugar* para a maioria (KING, 1995:25). Diz o mesmo autor que tais restrições se estendem, também, aos cidadãos da ex-cortina de ferro, impedidos de sair de seus países durante o período da Guerra Fria e, agora, impedidos de entrar naquele mundo que lhes era apresentado como paladino da liberdade.

De acordo com o autor supracitado, a maioria dos países do Primeiro Mundo teme uma imigração incontrolada por causa da magnitude dos números que envolvem o movimento, por alegadas razões de segurança nacional, de identidade cultural e por questões de emprego, habitação e sistemas de assistência. Mas estas preocupações estão sendo politizadas e transformadas em restrições raciais. A racialização das políticas migratórias tem sido uma constante entre os países centrais. Os imigrantes "educados" são desejados, enquanto os indesejados são os pobres, analfabetos, de diferentes culturas, raças e religião. A migração torna-se um processo de exclusão social.

Em escala nacional, numerosas prefeituras dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre outros, apresentam, de forma aberta ou velada, restrições ao ingresso de imigrantes, reproduzindo internamente políticas que já dominam as relações internacionais.

Deve-se demonstrar sempre a incoerência do discurso liberal/neoliberal que, ao enfatizar o livre-arbítrio e a decisão individual de migrar, esconde as razões estruturais que forçam os indivíduos à emigração; por outro lado, é preciso analisar os limites da abordagem histórico-estrutural ao reduzir as migrações a um racionalismo econômico que não dá conta das migrações forçadas de natureza diversa. É VAINER (1996:9)

quem, mais uma vez, nos diz que: "Neste mundo liberal da liberdade, muitos milhões são os deslocados compulsórios, os refugiados e expatriados, os expulsos e clandestinos. Proibidos de ficar, confinados, interditados de entrar, obrigados a sair, eles nos dizem de uma outra dupla dimensão da igualdade e da liberdade sob o capital; o mundo desterritorializado e sem fronteiras de uns é o mesmo mundo territorializado e guetificado de outros. No centro dos dois mundos, organizando-os e regulando suas relações, os estados e suas múltiplas agências, mais presentes do que nunca". Nesse sentido é necessário refletir sobre os diversos aspectos da liberdade em que a sujeição ao capital está sempre presente, tanto no que se refere ao crescimento da população onde, em muitos lugares, se impõem medidas restritivas à fecundidade, quanto no que se refere às migrações quando se restringe a permanência ou o ingresso de indivíduos em países ou regiões.

Fundamental para os estudos das migrações é a contribuição de GAUDEMAR (1977) quando estabelece o antagonismo entre as duas concepções de mobilidade do trabalho. A primeira, é produto da filiação clássica e neoclássica, voz hegemônica no discurso econômico contemporâneo. A segunda, menos explícita, é extraída da análise marxista da acumulação capitalista onde se percebe as migrações como pressupostos econômicos do trabalho social e de como se dá a transformação da força de trabalho em mercadoria.

Esse autor discute o conceito de mobilidade e demonstra como esse processo evidencia a maneira como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. Acrescenta que "toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada" (p. 17 e outras). Ao desenvolver a idéia de

"mobilidade forçada", denuncia o uso capitalista das disponibilidades dos homens e da docilidade de seus corpos.

A abordagem de Gaudemar constitui uma crítica às teorias de migração já existentes e guarda alguma semelhança com o enfoque histórico-estrutural. Não pretende desenvolver outras teorias gerais de migração, mas focar detalhadamente a mobilidade do trabalho como uma necessidade fundamental do capitalismo.

A análise das migrações no contexto das relações internacionais ganha destaque com BADIE e de WENDEN (1993) quando afirmam que os processos de mundialização põem em relevo a forma como as demografias regionais interagem e se tornam interdependentes. Os fluxos migratórios se inscrevem nos novos espaços sociais mundiais e participam largamente dos desafios lançados às regras de condução das relações inter-países.

Ao entender algumas migrações como verdadeiras "diásporas", BRUNEAU (1995), valoriza o caráter étnico das migrações atuais e lembra que, mesmo vivendo no país de acolhida, os imigrantes mantêm fortes laços afetivos e materiais com os países de origem. Lembra-nos como é difícil distinguir entre os que migram por razões políticas e os que o fazem por razões econômicas. São êxodos maciços que afetam populações numerosas como quando se fala das diásporas chinesa, indiana, armênis, assírio-caldáica, além da dos judeus, que serviu como modelo para a análise.

Uma linha de abordagem que se firma cada vez mais é aquela que enfatiza, para as migrações internacionais, os aspectos culturais (KING, in MASSEY e JESS, 1995). Para o autor, ao mesmo tempo em que as migrações refletem o desenvolvimento desigual, também o acentuam. Diz que as migrações internacionais de trabalhadores

criam "guetos ocupacionais", bem como concentrações espaciais de pessoas distintas culturalmente, desprovidas economicamente e marginalizadas socialmente.

King confirma que tem havido mudanças fundamentais nas migrações internacionais desde os anos 80, tanto na sua natureza, quanto nas forças que as provocam. Destaca o autor que (1) a mais importante tendência é a globalização das migrações, isto é, a incorporação de cada vez mais países ao sistema migratório global e que os países de destino recebem imigrantes de origem geográfica cada vez mais variada, com origens econômicas, sociais e culturais as mais diversas; (2) as migrações internacionais tornam-se mais diferenciadas, e os países recebem uma maior variedade de tipos de migrantes - trabalhadores migrantes, de longa ou curta permanência, migrantes altamente qualificados, refugiados, migrantes ilegais, "commuters" (migrantes de poucos dias ou semanas), etc; (3) a aceleração das migrações conduz a um crescente volume dos deslocamentos; (4) há uma crescente importância das mulheres nos fluxos migratórios, acrescida pelo seu predomínio entre os refugiados; as migrações maciças de refugiados e demandantes de asilo têm sido uma característica dos anos 90, ao mesmo tempo em que os fatores de direcionamento dos fluxos migratórios têm mudado, já que o trabalho no setor industrial tem sido reduzido e tem crescido a demanda por migrantes qualificados e por trabalhadores ocasionais para o setor informal da economia (embora com menor intensidade)..

É preciso lembrar que a reestruturação dos processos produtivos e os novos formatos dos mercados locais de trabalho tendem a polarizar o trabalho entre migrantes qualificados (o mercado primário) e migrantes não qualificados (o mercado

secundário). Para SALES (in LAVINAS et alli, 1994), tal segmentação leva a que o mercado imigrante primário tenha as seguintes características: ocorra, predominantemente, via canais legais; ofereça contratos de acordo com a habilitação e não com as características étnicas do migrante; apresente maior mobilidade social para o migrante; exerça a função de suplementar a força de trabalho doméstica (autóctone) e não, principalmente, discipliná-la, como ocorre no mercado secundário. Seria, na opinião da autora, o típico processo migratório caracterizado como fuga de cérebros (brain drain). Já o mercado de trabalho secundário seria definido, de uma maneira geral, como aquele que pode comportar os empregos que requerem pequeno ou nenhum treino por apresentar alta rotatividade dos trabalhadores, por ter pouca mobilidade social, por estar associado ao setor periférico da economia, por conter trabalhadores ilegais e temporários, por oferecer contratos de acordo com as características étnicas dos trabalhadores e não conforme suas habilitações, por ter a função de disciplinar o mercado de trabalho.

A autora citada dá destaque ao fato dos trabalhadores imigrantes serem contratados mesmo quando existe suficiente oferta de trabalho doméstico, contribuindo, assim, para baixar o nível médio de salários nesse mercado o que cria algumas formas de competição direta ou indireta entre os trabalhadores nacionais e estrangeiros.

Este segundo tipo de mercado de trabalho, onde as condições são as mais penosas, onde não há contribuições para o seguro social e onde "poucas perguntas são feitas", é ocupado por ondas de trabalhadores pós-industriais (KING, op. cit.), freqüentemente clandestinos, que afetam os Estados Unidos, a Europa, os países do Golfo e o Japão. Sua razão de ser, para o autor citado, é uma

crescente desregulação e flexibilização do mercado de trabalho onde fortes pressões tendem a reduzir os custos do trabalho. Estes trabalhadores estão disponíveis para qualquer trabalho mal remunerado, a qualquer hora e em qualquer lugar.

Para a Geografia, estas novas características do processo migratório revestem-se de especial importância pois delas resultam novos desenhos espaciais.

O caráter fundamental da concentração capitalista dos tradicionais fatores de produção conduziu a uma organização social e espacial marcada pelo modelo fordista e pela mega-urbanização: grandes massas, grandes fábricas, grandes cidades, megalopolização. A social-democracia e o Welfare State têm permitido ver a população trabalhadora não somente como mão-de-obra, mas também como mercado consumidor.

As tendências atuais, marcadas pelo pós-fordismo e pelo neoliberalismo, apontam para uma desconcentração e descontinuidade onde o espaço ganha novos atributos e significados. A desindustrialização, o desemprego tecnológico, a desmetropolização e a "dissolução" da metrópole (SANTOS, 1993) indicam novas características para as migrações.

Os impasses do processo migratório marcam as relações internacionais, como já vimos. No Brasil, as migrações de longa distância (Nordeste/Sudeste, Nordeste/Amazônia e Sul/Amazônia) que caracterizaram as décadas de 60, 70 e 80, mesmo continuando a existir, parecem começar a ser superadas pelas migrações de curta distância (intraregionais). Embora não haja dados censitários que demonstrem estas alterações, há evidências de que tais mudanças venham ocorrendo. MARTINE (apud BARROS, 1994) afirma que "as pessoas, hoje, preferem continuar vivendo onde

estão” e que “há polos regionais de desenvolvimento para onde se dirigem os pequenos e bem localizados movimentos migratórios hoje existentes no país”. Estas transformações implicam explicações de caráter econômico, político, social e cultural que nos obrigam a buscar formas de análise em que os diversos enfoques sejam revistos, pois que o processo migratório apresenta tal complexidade que nenhuma análise setorial dele vai dar conta.

POPULAÇÃO E CIDADANIA: PARA ONDE VAI O TRABALHADOR?

Talvez o sub-tema dos estudos de população que menos avançou em termos de atualização das suas preocupações seja o que, tradicionalmente, ficou conhecido como Estrutura da População. Continuam a predominar, tanto nos cursos universitários, como nos livros didáticos, as abordagens demográficas descritivas, em que se usa como base de análise as pirâmides etárias e os setores de atividade.

As pirâmides etárias representam *instantâneos* tirados de uma população através dos dados censitários. As alterações, em uma população dada, só são sentidas a longo prazo, quando outro recenseamento as registrar (às vezes, nem mesmo assim). Os modelos vão se repetindo nos livros e nas salas de aula, sem qualquer modificação, mesmo que as mudanças venham ocorrendo de forma acelerada, como no caso da queda da fecundidade e do conseqüente envelhecimento da população do Brasil nas últimas décadas.

Para ROSSINI (1994), será a partir do final deste século que as alterações demográficas ocorrerão de forma mais intensa, quando a pirâmide etária brasileira apresentar os resultados dessa acentuada queda de fecundidade ocorrida a partir da

década de 60, demonstrando o processo de envelhecimento que já ocorre. Este envelhecimento mostra as mudanças do padrão reprodutivo que marcam a população brasileira (e, eu diria, também mundial) e que redundam em alterações na composição etária. Para esta análise, há que se levar em conta não somente as variáveis natalidade/fecundidade e mortalidade, mas também as migrações internas que alteram profundamente os padrões regionais. Para a mesma autora (1994:118), “as modificações na estrutura etária devidas às alterações, tanto no comportamento reprodutivo da população, como pela diminuição da mortalidade e pelas migrações internas, acarretam uma série de implicações para o planejamento do social”.

DAMIANI (1991) já demonstra que a composição por sexo e por idade da população, definida pelas pirâmides etárias, teria um interesse especial para a geografia econômica, permitindo inferir dados sobre o potencial produtivo de uma sociedade, sobre a relação entre população em idade ativa e população ativa, grau de dependência (jovens e idosos) com relação à população em idade ativa etc.

A grande maioria dos livros didáticos está longe desta perspectiva, reduzindo o estudo da estrutura etária à mera descrição das pirâmides em seus componentes demográficos, sem qualquer análise econômica, social ou política desses componentes.

Quanto aos setores de atividades (primário, secundário e terciário), as abordagens são, também, bastante tradicionais e deixam de lado transformações que marcam as atuais relações capital/trabalho. Na visão neoclássica, a partir das proporções relativas de cada setor, em termos de população ocupada, seria possível caracterizar o grau de desenvolvimento de cada sociedade.

Trata-se de um modelo apresentado pelo economista Colin Clark em 1940 e que continua a ser usado (embora bastante criticado) sem a necessária atualização. As mudanças das sociedades e da organização da produção entre os anos 30 e os 90, em termos de complexidade e de criação de novos setores produtivos, colocam em questão tal modelo. Basta lembrar os complexos agroindústrias que abrangem a indústria voltada para a agricultura, a atividade agrícola propriamente dita, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas, a distribuição de produtos gerados nesses complexos, o financiamento, a pesquisa, a tecnologia, a assistência técnica, o marketing e a atuação política em defesa desses complexos. Onde se limitam os setores? Até que ponto atividades típicas do setor terciário (pesquisa, biotecnologia) não são, também, atividades produtivas do setor secundário? Até mesmo as tradicionais delimitações entre o rural e o urbano tornam-se questionáveis a partir da análise da atuação desses complexos.

É preciso, ao se analisar os setores de atividades (se ainda se considerar válida esta abordagem), relativizar esta classificação e desviar o foco para o *trabalho* e para as diferentes *relações entre o capital e o trabalho*.

Para SZMRECSÁNYI e SOUZA (1980), a produção resulta de um conjunto de atividades ao qual se dá o nome de trabalho que tem um caráter social; o trabalho deve ser analisado através do tempo, para que se possa sentir as suas tendências a longo prazo; as categorias demográficas utilizadas para analisar a oferta e a demanda de força de trabalho só podem ser aceitas como uma primeira aproximação da realidade; tais categorias servem apenas para dimensionar e caracterizar as disponibilidades e necessidades de mão-de-obra. Por isso mesmo, a sua

validade conceitual deve ser sempre relativizada.

Com a generalização da chamada terceira revolução industrial (MATTOSO, 1995) e da reestruturação mundial do capitalismo, que vem se processando nas últimas décadas de nosso século, teriam ocorrido algumas transformações fundamentais que dariam novas configurações à importância do trabalho, onde se nota a mudança do paradigma industrial e tecnológico e uma ruptura do compromisso social que beneficiava os trabalhadores. Segundo o autor, essa ofensiva do capital reestruturado, sob dominância do setor financeiro, reverteu o longo período de realinhamento da relação capital/trabalho, relativamente favorável ao segundo, e golpeou o trabalho organizado que, na defensiva, sofre mutações e perde parte de seu poder político, de representação e de conflitualidade.

Conforme o autor supracitado, estas alterações irão afetar o mundo do trabalho, suas relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho.

Assim, desenvolve-se um novo modelo (para alguns nem é novo), superando o fordismo, baseado na flexibilização das relações capital/trabalho (contra a "rigidez" do modelo fordista) e na economia de tempo, na redução dos postos de trabalho e dos tempos de produção e circulação. Nesse novo modelo, a automação e a informatização reduziram tão significativamente os postos de trabalho que as, certamente positivas, inovações no campo da flexibilização do trabalho acabam sendo partilhadas por um número cada vez mais reduzido de trabalhadores (PAULA, 1994:240). Ainda para esse autor, as novas tendências do capitalismo contemporâneo,

no que diz respeito ao trabalho, parecem indicar processo crescente de exclusão, enquanto se preservam os novos benefícios da tecnologia para contingentes mais reduzidos de trabalhadores. Parece que se chegou a um novo papel para o trabalho. KURZ (1992) vai mais além quando diz que ao faltar trabalho, não há acúmulo de capital. Se é o trabalho que gera valor (como nos ensina a economia política), ao se eliminar o trabalho, elimina-se o fator básico de reprodução ampliada do capitalismo. Como escreve Roberto Schwarz, no prefácio do livro de Kurz, "pela primeira vez o aumento da produtividade está significando dispensa de trabalhadores, também em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho. A mão-de-obra barata ficou sem relevância e não terá comprador" (1992:11).

A esta altura, é preciso recordar que a chamada terceira revolução industrial aponta para a globalização da sociedade e da economia global, mas aponta também para suas contra-faces: a fragmentação e a exclusão em nível planetário, desenvolvendo três processos simultâneos e interagentes.

O primeiro busca a internacionalização do território e o enfraquecimento da soberania nacional. A generalização das trocas de produtos materiais ou culturais parece aproximar todos os lugares em um processo de globalização geográfica.

O segundo demonstra que a economia multipolar (ou economia dos grandes blocos), as questões ecológicas, a União Européia e o NAFTA, a desunião e os antagonismos entre as repúblicas do bloco ex-soviético, os crescentes confrontos Norte-Sul (como no caso das migrações), se bem que relacionados ao processo de globalização em uma escala, apontam para um processo de fragmentação reforçado pelas reivindicações etno-regionais que evidenciam, cada uma a

sua maneira, identidades coletivas em busca de autonomia.

Um outro processo, interligado aos anteriores, é o de exclusão. A globalização, ao mesmo tempo que abre caminhos para a unificação de uma parte da humanidade, leva à pobreza a maior parte dos habitantes da Terra. Além dos que são excluídos da cidadania pelo sistema, estão aqueles que são deixados de lado em virtude de suas origens étnicas, de suas identidades culturais e, até mesmo, de acordo com o sexo. Os povos ocidentais se propõem como paradigma a ser seguido pelo resto da humanidade, num movimento de ocidentalização do mundo, como já foi visto anteriormente.

Para ABREU (1995), "o atual padrão mundial de acumulação e desenvolvimento, assentado no domínio das informações, do saber e das novas tecnologias - e não apenas do capital e do poder de coerção - reduz a oferta de empregos produtivos e reforça as tendências à exclusão de uma parcela, cada vez maior de seres humanos das condições e dos frutos do desenvolvimento, agravando o desemprego, a miséria e as diversas formas de alienação. Ao valorizar a competição que favorece o mais poderoso e/ou o mais apto (e nesse sentido revalorizando a desigualdade em detrimento da solidariedade, da justiça e da equidade), a reestruturação em curso vem estimulando novos e velhos preconceitos sociais, religiosos, nacionais, étnicos. Diversas formas de fascismo, racismo, messianismo, chauvinismo proliferam e, no limite, podem levar ao extermínio dos antagonistas e/ou diferentes" (pág. 13).

PAULA (1994:242) chega mesmo a falar em *apartheid* planetário em que haveria a concentração, em pequenos bolsões, de riqueza, de emprego, de altas tecnologias, enquanto no outro lado haveria a barbárie, o desemprego, a violência, o tecido social

dilacerado e a utopia de um espaço urbano usado democraticamente destruída.

OS EXCLUÍDOS NO BRASIL

Esse quadro geral, embora contendo outras determinações, define o Brasil contemporâneo. Segundo os dados do último censo, 52,9% da população ganhavam até 2 salários mínimos; 26,5% ganhavam entre 2 e 20 salários mínimos; somente 3% ganhavam acima de 20 salários mínimos. As taxas de analfabetismo mantinham-se em 19,6% e a renda per capita caiu 5,6% entre 1980 e 1990.

Para SAMPAIO (1993), isto caracterizaria o Brasil como uma sociedade de *apartheid* em que metade da população é de pobres e um terço é de miseráveis. Para esse autor, tal separação afetaria a construção da nacionalidade e, ao se ampliar a distância entre ricos e pobres, estaria-se, também, bloqueando o desenvolvimento da cidadania; não se construiriam os sentimentos de identidade, igualdade e solidariedade que deveriam ser compartilhados pelos membros da nação, com base no passado (seus heróis e seus mitos). Para ele isto resultaria numa generalizada explosão de ressentimentos e violência.

Ainda para o mesmo autor, o aludido *apartheid* afetaria, a retomada do crescimento econômico, já que a pobreza bloquearia os avanços da terceira revolução industrial; o baixo grau de instrução da população dificultaria a difusão das novas tecnologias; a enorme massa de excluídos não favoreceria a ampliação da produção e do consumo; ainda para ele, a exclusão levaria ao desinteresse e à pequena participação dos trabalhadores.

TELLES (1994:92) chega a falar em esquizofrenia da sociedade brasileira, entre uma sociedade organizada que promete a modernidade e o seu retrato em negativo, da

anomia feita de atraso, miséria, violência e criminalidade. Adiante, relembra que a sociedade brasileira carrega uma peculiar experiência histórica, na qual a lei, ao invés de garantir e universalizar direitos, destituiu indivíduos de suas prerrogativas de cidadania e produz a fratura entre a figura civil do trabalhador e a do pobre incivil. Fala-se que o Brasil ainda está em pleno século XIX em termos de bem estar social para a maioria da população e, apesar disso, já está com os dois pés na crise social do século XXI: o desemprego acelerado.

Estas considerações põem em cheque tradicionais conceitos com que lida a Geografia da População. Conceitos como população economicamente ativa, população em idade ativa, mercado de trabalho, emprego, exército industrial de reserva etc têm de ser revistos e retrabalhados. Hoje em dia, grande parte da população de trabalhadores não constitui reserva da população trabalhadora. Ao contrário, mantém-se distante da possibilidade de algum dia obter um trabalho fixo, com garantias trabalhistas, com condições de fugir do trabalho temporário ou de tempo parcial.

Especialmente, estas transformações têm tido repercussões marcantes. Se o padrão taylorista-fordista apontava para a concentração (como já vimos), o padrão do capitalismo flexível, pós-fordista, aponta para a descentralização espacial das atividades e, até mesmo, da população.

Para TAVARES (1994:6), estas modificações espaciais teriam, também, a função de reduzir o poder de organização e resistência dos trabalhadores. De acordo com esse autor, a indústria pesada (siderúrgica, automobilística e a têxtil remanescente) entraram em profunda crise em países como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, levando à decadência econômica e social regiões de industrialização tradicional. Nos

EUA, enquanto a região dos Grandes Lagos tem visto o número de empregos se reduzir (apesar de um processo de recuperação parcial, em marcha), a Califórnia transformou-se no estado mais industrializado do país, além de um dos que mais cresce em população. O mesmo pode ser dito dos estados do Sun Belt (cinturão do Sol) que abrange toda a zona periférica do país, e que se estende das Carolinas, à Flórida, ao Texas, Arizona, Califórnia.

De acordo com o autor supracitado, é necessário buscar áreas onde o poder de luta dos trabalhadores seja reduzido, onde a organização sindical seja fraca e onde a legislação seja permissiva em relação às práticas contratuais flexíveis e/ou contrária às tradicionais conquistas dos trabalhadores. Destaca o autor, ainda, a busca de melhor qualidade de vida em áreas aprazíveis e a busca de sítios e parques tecnológicos (os tecnopólos). É importante lembrar que são áreas onde há forte imigração de latino-americanos e asiáticos, muitos clandestinos, o que, de alguma maneira, favorece a exploração de mão-de-obra desqualificada e desprotegida em termos legais.

Em escala nacional, tal processo se percebe nitidamente. RUA et alli (1993:79) relembram que se trata de um processo contraditório. De um lado, as empresas dispensam trabalhadores através da modernização tecnológica. Por outro lado, mantêm uma mão-de-obra abundante e barata mas não submetida formalmente à responsabilidade da empresa. Assim, parece que o chamado setor secundário (quando se refere às atividades industriais) emprega cada vez menos pessoas, o que ocorre efetivamente, mas não tão intensamente como as estatísticas apresentam. Ocorre, paralelamente à dispensa sumária, uma precarização das relações de trabalho, onde se desenvolve o trabalho temporário, parcial e a domicílio.

Em termos espaciais, também se nota uma certa "desindustrialização" das áreas metropolitanas em detrimento de suas periferias e cidades do interior, ao mesmo tempo que, em nível nacional, continua a predominar um padrão de concentração.

É sempre necessário recordar, como faz PAULA (1994:243), que o capitalismo ainda é o mesmo, isto é, ainda é uma forma de produção que se baseia na apropriação da natureza, que o espaço e o tempo continuam sendo determinantes importantes no processo de valorização e que, finalmente, o processo de produção capitalista é um processo social que confronta, de um lado, capitalistas, e, do outro, trabalhadores. Estes estão fragilizados, mas podem voltar a se organizar.

Para MATTOSO (1996), o desemprego não é inevitável e está sendo discutido, com busca de soluções por diferentes sociedades como a alemã e a japonesa. É necessário desmistificar o discurso de que o trabalhador tem direitos em excesso e que os custos trabalhistas, no Brasil, são muito elevados. Na verdade, segundo o autor, o salário-hora, no Brasil, é de 3 dólares, enquanto no Japão e nos EUA é de 16 dólares e na Alemanha é de 24 dólares!

E os chamados excluídos do sistema, por quanto tempo o serão? A História está cheia de exemplos de excluídos (cristãos e bárbaros no império romano, por exemplo) que conseguiram transformar as sociedades, forjando novas relações e inserindo-se nelas como cidadãos plenos.

Os estudos da população, ao incorporarem essas formas de análise e essas temáticas, ganham muito em capacidade de provocar a reflexão crítica, necessária ao desenvolvimento do pensamento autônomo que favorece a luta pela construção da cidadania plena para todos os brasileiros.

Esse direito à cidadania precisa ser construído, tanto na luta pelo atendimento às

necessidades básicas, quanto num plano mais abrangente, que envolve a discussão do papel do próprio homem no espaço que habita e constrói. FERREIRA (1993), afirma que a sociedade brasileira, neste momento, retoma sua trajetória na construção da democracia, deparando-se com um surto de exigências de cidadanias oriundo de diferentes grupos. São atores que lutam pelo cumprimento do que presumem ser o fundamento da cidadania: o direito de viver à luz de suas próprias especificidades.

CONCLUSÃO

Por tudo que foi visto, parece ser possível trabalhar os conteúdos de Geografia da População de uma maneira crítica, não descritiva e sem ênfase nos aspectos quantitativizantes. À descaracterização da historicidade do fenômeno populacional sobrepõem-se uma contextualização e uma integração plenas entre esse estudo e os diferentes momentos do modelo societário; à fragmentação-colagem opõe-se uma setorização apenas para fins didáticos, mas com a preocupação permanente de demonstrar as interações entre o crescimento, a estrutura e as migrações numa busca constante de integração do homem, sujeito histórico, com a sociedade da qual faz parte.

A Geografia (e a conquista da cidadania) está em aberto, escrita e re-escrita, contraditoriamente, a muitas mãos, num "script" permanentemente re-elaborado. Somente a solidariedade planetária, nacional e local poderá transformar a possibilidade em realidade e diminuir a incerteza, levando a uma gestão democrática do espaço onde haja lugar para todos, onde não haja excluídos.

RESUMO

Este artigo enfatiza algumas abordagens mais atuais para os estudos populacionais,

tanto nos cursos de Geografia da População como nas unidades didáticas das escolas de 1o e 2o graus. O mundo persegue, nos dias atuais (pelo menos como discurso majoritário), a busca do desenvolvimento para todos. Isto significa superar problemas com os quais se confrontam quase todas as nações: conflitos em nível nacional e/ou internacional; maciças migrações entre países; capacidade de absorção desses imigrantes; proliferação de doenças; desequilíbrios econômicos. Os estudos de população, na Geografia, têm negligenciado esta abordagem (em detrimento da análise demográfica) tão importante nos dias atuais para entender questões como: pobreza e meio-ambiente; população, consumo e emprego; estrutura etária; migrações nacionais e internacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Crescimento Populacional - Estrutura da População - Migrações - Trabalho - Cidadania.

ABSTRACT

This article emphasizes new approaches to population studies as in the university level as in the secondary schools. The world community is embarking on a new collective enterprise of global development. Pursuit of this objective means overcoming problems which confront all nations. These include international and national conflicts; massive migration beyond countries; capacities for absorption of immigrants; the proliferation of disease; and major economic disequilibrium. Population studies in Geography has

neglected this approach that is fundamental nowadays to understand issues such as environment and poverty; population, consumption and employment; age structure; national and international migration.

KEY WORDS

Population Growth - Population Structure - Migration - Labour - Citizenship.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABREU, Haroldo (1995). "Globalização, Reestruturação e Crise dos Padrões de Regulação Sócio-Estatal". Proposta, ano 23, no 64, Rio de Janeiro. FASE.
- BADIE, B e WENDEN, Catherine W de (1994). *Le Défi Migratoire*. Paris. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- BARROS, Andrea (1994). O País se Assenta. Revista VEJA. 7/9/94. São Paulo. Editora Abril.
- BRUNEAU, Michel (1995). *Diasporas*. Montpellier. GIP RECLUS.
- DAMIANI, Amélia (1991). *População e Geografia*. São Paulo. Contexto.
- FERREIRA, Nilda Teves (1993). *Cidadania - Uma Questão para a Educação*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.
- KENNEDY, Paul (1993a). Preparando-se para o Século XXI in *Política Externa*, vol. 2 no 1, jun, jul, ago, 1993. São Paulo. Paz e Terra.
- _____ (1993b). *Preparando para o Século XXI*. Rio de Janeiro. a Campus.
- KING, Russell (1995). *Migrations, globalization and place in MASSEY, Doreen e JESS, Pat (1995) A Place in the World? Places, cultures and globalization*. New York. The Open University/Oxford.
- KURZ, Robert (1993). *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- LATOUCHE, Serge (1994). *A Ocidentalização do Mundo*. Petrópolis. Vozes.
- MARTINE, George org. (1993). *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Campinas. Editora UNICAMP.
- MATTOSO, Jorge (1995). *A Desordem do Trabalho*. São Paulo. Scritta.
- _____ (1996) Entrevista ao Caderno Idéias. 01/06/96. Rio de Janeiro. Jornal do Brasil.
- MOREIRA, Ruy (1987). *O Discurso do Aveso*. Rio de Janeiro. Dois Pontos Editora.
- PAULA, João Antônio de (1994). *Economia Política e Ecologia Política* in LAVINAS L; CARLEIAL L; NABUCO M, org. (1995) *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand.
- PÓVOA-NETO, Helion (1995). "Migration and Labour Mobility in Contemporary Brazil : New Challenges for Analysis" in *The European Geographer*, 9, Lisboa. Associação dos Jovens Geógrafos.
- RAFFESTIN, Claude (1993). *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo. Ática.
- ROSSINI, R E (1994). "A população brasileira, trabalhar e sobreviver". Revista do Departamento de Geografia no 7. São Paulo. USP.
- RUA J, WASZKIAVICUS F, TANNURI M R, PÓVOA NETO H (1993). *Para Ensinar Geografia*. Rio de Janeiro. Access.
- SALES, Teresa (1994). "O Brasil no contexto das Recentes Migrações Internacionais" in LAVINAS L, CARLEIAL L e NABUCO M (1994) *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand.
- SAMPAIO, Plínio Arruda (1993). "Panorama e Gravidade da Pobreza" in *Tempo e Presença* no 268, ano 15. Rio de Janeiro. CEDI.
- SANTOS, Milton (1993). *A Urbanização Brasileira*. São Paulo. HUCITEC.
- SZMRECSÁNYI T; SOUZA G (1980). *População, força de trabalho e emprego* in SANTOS, LEVY, SZMRECSÁNYI (org.) *Dinâmica da População*. São Paulo. T.A. Queiroz.
- TAVARES H M (1994). "Produção Flexível, seus reflexos sobre o trabalho e o território". *Travessia*, ano VII, no 18. São Paulo. CEM.
- TELLES, Vera (1994). *Pobreza e Cidadania: precariedade e condições de vida* in MARTINS H e RAMALHO J R, *Terceirização, diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo. HUCITEC/CEDI-NETS.
- VAINER, Carlos (1996). "A Violência como Fator Migratório". *Travessia*, ano IX, no 25. São Paulo. CEM.
- VERHELST, Thierry (1992). *O Direito à Diferença*. Petrópolis. Vozes.
- VÉRON, Jacques (1994). *Population et Développement*. Que sais-je? Paris. Presses Universitaires de France.

